

PREFÁCIO

Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Brasil logo após a abertura dos portos e a permissão de acesso à terra para estrangeiros propiciadas pelo governo português em 1808. A nova ordem legal atraiu gente de diferentes nacionalidades, inclusive comerciantes e artífices alemães, que se estabeleceram no Rio de Janeiro e em outras cidades portuárias. Aliás, um grupo de comerciantes, individualizado pelo termo *Kaufleute* (gente do comércio), fundou no Rio de Janeiro, em 1821, a primeira associação de perfil étnico vinculada à imigração, a *Gesellschaft Germania*. Alguns estudiosos da imigração preferiram não considerar imigrantes esses empresários dedicados às atividades de exportação e importação de mercadorias e transporte marítimo, porém muitos se fixaram definitivamente na cidade com suas famílias. Tal assertiva provavelmente está relacionada às causas econômicas da imigração, que supõem a identificação do imigrante com a pobreza, subentendida e, em alguns períodos históricos, explicitada na própria legislação brasileira, por meio da figura de retórica dos passageiros da 3ª classe dos navios.

No caso da imigração alemã, existe outro fato importante que deixou em segundo plano a inserção urbana (que também ocorreu com certa continuidade histórica no Rio de Janeiro): o direcionamento dos imigrantes para a colonização de terras devolutas, promovida pelo Estado ou por empresas particulares formadas para essa finalidade, principalmente, mas não exclusivamente, na Região Sul. O interesse na colonização estrangeira antecedeu a Independência, e alemães com bom trânsito na Corte receberam sesmarias no sul da Bahia com a finalidade de localizar colonos, porém as colônias Leopoldina (iniciativa do naturalista viajante G. W. Freyreiss), São Jorge dos Ilhéus (empreendimento

oficial) e Frankental (iniciativa de G. A. von Schäfer) foram consideradas experiências fracassadas.

Essas concessões ocorreram no contexto inicial da colonização estrangeira, cujo marco é a fundação da colônia de Nova Friburgo (RJ) com famílias trazidas da Suíça, um empreendimento autorizado por D. João VI em 1818, mediante um Tratado de Colonização que estabeleceu as regras da concessão de parcelas de terra para cultivo familiar, localizadas na periferia das grandes fazendas escravistas produtoras de café. O projeto de colonização foi retomado após a Independência, em 1824, quando surgiu a primeira “colônia alemã” no Rio Grande do Sul, num período de grande tensão (situação de guerra) com a Argentina. A partir daí, imigrantes alemães e descendentes participaram da formação de mais de duas centenas de núcleos coloniais na Região Sul, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX; eles também se estabeleceram em várias cidades fora das áreas de colonização, particularmente nas três capitais sulinas, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além da Região Sul, a “colonização alemã” só teve alguma relevância no Espírito Santo, e foi residual em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

De fato, além das razões econômicas (o problema do abastecimento diante do crescimento das cidades), havia a motivação geopolítica do povoamento no regime da colonização estrangeira, também imaginado como processo civilizador, basicamente a consolidação das fronteiras internacionais em regiões de baixa densidade populacional, mesmo no Rio Grande do Sul, só em parte ocupado pelas estâncias baseadas no trabalho escravo. Entre 1824 e 1829, mais de seis mil imigrantes alemães, denominados colonos, em sua maioria aliciados por Georg A. von Schäfer, foram encaminhados para núcleos coloniais nas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Schäfer era médico e major da guarda pessoal de d. Pedro I, e, além dos colonos, recrutou mercenários para compor batalhões estrangeiros; uma parte deles foi encaminhada para a colônia de São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, em 1829, após a revolta dos batalhões no Rio de Janeiro e sua dissolução. Uma pequena parte dos alemães que chegou em 1824 foi encaminhada, sob protesto, para a colônia de Nova Friburgo, recebendo lotes abandonados pelos suíços, mas um grupo maior fundou São Leopoldo (RS) no dia 25 de julho daquele ano. Ao encerrar-se a primeira fase da imigração, em 1830, quando o Parlamento proibiu os gastos com a colonização estrangeira, ela era considerada a principal e mais próspera das colônias.

Em 1845, ocorreu a retomada da colonização sob os auspícios do governo imperial, multiplicando-se as “colônias alemãs” principalmente depois de 1850, ano da promulgação da Lei nº 601 (Lei de Terras), que definiu terras devolutas e seu acesso por compra, e da permissão para a atuação de empresas particulares que assumiram os riscos de aliciar e assentar imigrantes. Até a década de 1870, quando teve início a imigração italiana, os alemães predominaram, formando comunidades culturalmente diferenciadas, e continuaram participando dessa forma de ocupação do território, que prosseguiu no século xx. A preponderância alemã nos primórdios da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora, e seu caráter pioneiro celebrado até hoje nas festas, efemérides e publicações comemorativas, de certo modo motivou a escolha da data de fundação de São Leopoldo, 25 de julho de 1824, para assinalar o início da imigração, desconsiderando a (numericamente pouco relevante) imigração anterior e os assentamentos de famílias alemãs em Nova Friburgo.

À parte a celebração da efeméride quase bicentenária, objeto de acalorados debates, o fato a ser destacado é o nexos entre imigração alemã e colonização que prevaleceu ao longo do tempo, refletido na literatura (acadêmica ou não) sobre este fenômeno migratório. A concentração das “colônias alemãs” no Sul e nas terras altas do Espírito Santo, suas diferenças culturais, as representações de pertença étnica englobadas numa identidade teuto-brasileira, o uso da língua materna, ainda hoje persistente em muitos lugares na forma de dialetos suscitaram conflitos, sobretudo antes, durante e depois das duas Guerras Mundiais, tendo em vista o nacionalismo assimilacionista brasileiro.

Nas estatísticas de entradas, a imigração alemã está muito aquém da italiana, da portuguesa e da espanhola. Num longo período histórico, e levando em conta o critério linguístico usado por alguns estudiosos, entraram cerca de 350 mil imigrantes, e nesse computo não estão incluídos os retornos e a reemigração. Mesmo assim, a imigração suscitou numerosos debates envolvendo problemas de assimilação, nos quais as colônias e os colonos são desqualificados pelo epíteto do “enquistamento étnico”, dando respaldo à violência simbólica e prática da campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945), que atingiu outros grupos imigrados, mas foi particularmente dura com alemães e seus descendentes, numa intervenção sem precedentes na vida privada e comunitária de cidadãos culturalmente diferenciados, só possível num regime político totalitário.

As poucas observações aqui apresentadas mostram que a predominância estatística tem pouca importância numa situação de povoamento que favoreceu a pertença étnica, embora não seja necessariamente a sua causa. Afinal, as diferenças culturais e as etnicidades produzidas a partir delas são comuns em contextos migratórios, assim como os processos de integração social analisados até a década de 1970 por meio das perspectivas teóricas da assimilação e da aculturação. A literatura sobre a imigração alemã é numerosa e variada, e até a década de 1930 preponderaram as publicações em língua alemã e, no âmbito acadêmico, os estudos geográficos e historiográficos. No campo das Ciências Sociais, o interesse aumentou a partir da publicação dos trabalhos de Emílio Willems, na década de 1940, realizados na tradição teórica da Escola de Chicago e na perspectiva da aculturação. Por outro lado, existe uma vasta produção orientada pela noção de *Deutschtum* (germanidade), assinalando o pertencimento à nação alemã (portanto, dando contornos étnicos a uma identidade nacional), e apresentando dados sobre a imigração e a colonização usando uma abordagem progressista. O termo *Deutschtum* expressa um componente ideológico do nacionalismo alemão, o germanismo e a identidade étnica configurada pela ideia de germanidade. Além disso, podem ser assinalados os trabalhos dos historiadores locais, as publicações comemorativas, e aquelas que enfocam aspectos relevantes dos subsistemas culturais observáveis nas diversas regiões de colonização.

O interesse pela imigração alemã tem continuidade no tempo presente, com a mesma multiplicidade de interesses temáticos, entre os quais destacam-se as questões relativas à etnicidade teuto-brasileira, as transformações sociais, os assuntos relativos à memória da colonização, e a abordagem de pontos polêmicos, muitas vezes deixados na penumbra, como a campanha de nacionalização e suas consequências.

Nesta coletânea, estão reunidos nove artigos (três deles publicados anteriormente em revistas, e os demais apresentados em congressos ou seminários) que tratam de problemas relacionados à presença alemã no Brasil, objeto que mobilizou os debates nacionalistas da primeira metade do século xx, voltados para a assimilação dos alienígenas, com repercussão nas políticas migratórias do Estado brasileiro, e observável nos escritos de importantes pensadores sociais. Dois desses artigos são resenhas bibliográficas, tendo em vista a natureza variada da literatura sobre um fenômeno migratório polêmico; e os demais tratam de questões

relativas à etnicidade e ao nacionalismo e seus demarcadores culturais, ideológicos e políticos.

A análise bibliográfica contempla uma parte selecionada das publicações, dadas as dificuldades de localizar uma produção em grande parte esgotada. No primeiro capítulo, mais longo, “Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia”, publicado em 1988, são comentadas as principais tendências da literatura até a década de 1980, mostrando a variabilidade de temáticas, abordagens e autores. Destaca-se a relevância da produção acadêmica, especialmente nos campos da Geografia, da História e das Ciências Sociais, e dos trabalhos escritos (que podem ou não ser considerados fontes) por viajantes, diretores de colônias, lideranças comunitárias leigas ou religiosas, imigrantes que narram suas trajetórias (ou histórias de vida) pessoais ou familiares, autores inspirados nos princípios ideológicos do germanismo (alemães ou teuto-brasileiros), e agentes do Estado e pensadores sociais brasileiros que discutiram políticas imigratórias e o problema da assimilação etc. Ao texto publicado em 1988, acrescentei um adendo com algumas referências à produção mais recente, principalmente acadêmica, indicativa do (ainda) grande interesse nesse processo imigratório de longa duração e suas particularidades socioculturais, ideológicas econômicas e políticas. No segundo capítulo – “História e homenagem: análise prospectiva da produção local sobre imigração e colonização” –, procuro mostrar a importância das edições comemorativas e dos escritos mnemônicos de imigrantes, apreendidos como fontes de conhecimento histórico e etnográfico que dão subsídios sobre o processo de ocupação do território, as colônias, a vida cotidiana, os valores culturais e étnicos, as trajetórias de ascensão social etc, apesar do essencialismo laudatório e dos problemas metodológicos eventualmente criticados.

A etnicidade, e a dimensão cultural e ideológica que a sustenta, é o assunto discutido em cinco textos, e neles ficam evidentes as transformações e as persistências na conformação da identidade étnica observada em diferentes períodos históricos. O artigo intitulado “Imigração, cultura e identidades étnicas”, apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, numa mesa-redonda em homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira, discute a importância das reflexões desse autor sobre identidade e etnia para os estudos da imigração.

Tendo em vista o contexto interétnico numa região que recebeu imigrantes de diferentes nacionalidades, com predominância de alemães, e

que depois atraiu brasileiros, no trabalho “Imigração e etnicidade no vale do Itajaí” são analisados os discursos reportados às categorias *colono* e *pioneiro*, ambas referenciadas à imigração, dando atenção especial às representações teuto-brasileiras acerca do desbravamento, colonização e territorialização de uma nova pátria, culturalmente diferenciada, dentro do Brasil. Esse é um tema persistente, e até mesmo antecede a fundação da primeira e principal “colônia alemã” daquela região, Blumenau, em 1850. No texto “A colonização alemã como causa: a simbólica da utopia comunitária étnica”, cuja base empírica são cartas e outros escritos do fundador da colônia de Blumenau, Hermann Blumenau, fica evidente a utopia comunitária representada pela ideia de territorialização de uma verdadeira *Heimat* (pátria, num sentido restrito) alemã no Sul do Brasil, dentro da tradição do romantismo que expressa uma definição cultural e linguística da nação. O problema emigratório, na Alemanha, é assumido como uma causa em prol de gente que precisa deixar a pátria, sem perder sua identidade cultural.

No estudo nomeado “Representações da cultura teuto-catarinense”, apoiado no conceito de cultura e nos princípios da diferença cultural demarcadores da etnicidade, são analisados alguns discernimentos sobre a identidade (étnica) de raiz germânica e seus valores de dissenso reportados à colonização alemã em Santa Catarina, observados no âmbito do senso comum e nos festivais de apelo turístico.

O transnacionalismo, numa versão histórica desde o século XIX, é o assunto tratado no trabalho “A etnicidade teuto-brasileira na perspectiva transnacional”. Ali, a etnicidade é analisada em consonância com um transnacionalismo que vincula imigrantes e descendentes a uma imaginada pátria original (*Urheimat*), produzindo situações conflituosas diante das reivindicações de natureza étnica, mostrando a desarmonia entre nação e etnia quando estão em evidência interesses de natureza diversa, e a interferência de agentes e agências de outro Estado nos assuntos internos da nação brasileira, particularmente visíveis nos períodos de influência do pangermanismo e do nazismo.

Finalmente, estão incluídos na coletânea dois ensaios que têm um referencial político e ideológico, vinculado à questão do germanismo no contexto teuto-brasileiro, desvendando a conflituosa convivência das pertenças étnica e nacional. “O incidente do *Panther* (Itajaí, SC, 1905): estudo sobre ideologias étnicas” aborda um acontecimento conflituoso, com repercussão internacional, envolvendo um navio de guerra alemão

em visita ao porto de Itajaí em 1905, num momento de exacerbação dos discursos nacionalistas e étnicos. A aparente deserção de um marinheiro alemão resolvida à revelia das autoridades brasileiras, produzindo um incidente diplomático, ocorreu num momento em que o nacionalismo assimilacionista vicejava nos meios brasileiros apregoando a miscigenação no sentido do branqueamento, e no Vale do Itajaí, visto como um lugar de “enquistados” étnicos, chegava a propaganda da Liga Pangermânica e seu discurso de unidade de todos os alemães apelando a uma endogamia de base racista. Nesse embate, estava na pauta o direito de cidadania e a representação política no maior colégio eleitoral de Santa Catarina, que, para os brasileiros, era composto por estrangeiros (um termo significativo da ausência de assimilação). O último texto – “Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado Brasileiro” – complementa essa análise, pois trata da política local e de seus meandros étnicos não reconhecidos como legítimos pelos brasileiros concorrentes a cargo público eletivo. O caso que fundamenta o discurso político é a criação de uma associação de colonos que tinha a pretensão de ser registrada como um partido de perfil teuto-brasileiro, cuja principal liderança era acusada de ser membro da Liga Pangermânica.

Os textos incluídos nesta coletânea apresentam resultados parciais de pesquisas sobre a imigração alemã e a colonização estrangeira no Sul do Brasil, reportados à longa duração do processo imigratório. Integram projetos de maior abrangência, apoiados pelo CNPq por meio da concessão (e renovação) de uma bolsa de produtividade (I-A), e respectiva taxa de bancada.